

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo
Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2013 e 2012

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Associados, Conselheiros e Administradores da
Ação Comunitária do Brasil - São Paulo
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Ação Comunitária do Brasil - São Paulo (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ação Comunitária do Brasil - São Paulo em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 14 de abril de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcos Antonio Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2013	2012	Passivo	Nota	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	7	2.853	2.992	Fornecedores		498	469
Recursos vinculados a projetos	8	1.833	2.038	Férias e encargos	13	435	376
Contas a receber	9	1.142	1.294	Impostos a recolher		8	3
Estoques		542	641	Adiantamento para projetos sociais	14	1.833	2.038
Outros créditos	10	1.904	1.561	Outras contas a pagar		<u>25</u>	<u>85</u>
Impostos a recuperar	11	160	255	Total do passivo circulante		<u>2.799</u>	<u>2.971</u>
Despesas antecipadas		<u>40</u>	<u>6</u>				
Total do ativo circulante		<u>8.474</u>	<u>8.787</u>				
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais		-	5	Provisão para contingências	15	<u>-</u>	<u>10</u>
Outras contas a receber		<u>150</u>	<u>-</u>				
Total do realizável a longo prazo		<u>150</u>	<u>5</u>				
Imobilizado	12	1.692	1.642	Patrimônio líquido	16		
Intangível		<u>56</u>	<u>32</u>	Patrimônio social		7.485	7.371
Total do ativo não circulante		<u>1.748</u>	<u>1.674</u>	Superávit acumulado		<u>88</u>	<u>114</u>
Total do ativo		<u>10.372</u>	<u>10.466</u>			<u>7.573</u>	<u>7.485</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u>10.372</u>	<u>10.466</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012
Contribuições e doações	21	5.035	4.661
Projetos incentivados	23	<u>3.105</u>	<u>2.574</u>
		<u>8.140</u>	<u>7.235</u>
Serviço voluntário	6.k	289	67
Renúncia fiscal	19	<u>220</u>	<u>264</u>
		<u>509</u>	<u>331</u>
Venda de produtos	22	2.628	2.270
Custo dos produtos vendidos	24	<u>(1.844)</u>	<u>(1.415)</u>
		<u>784</u>	<u>855</u>
Resultado bruto		<u>9.433</u>	<u>8.421</u>
Despesas operacionais			
Ações de filantropia - programas sociais	18	(6.530)	(5.841)
Despesas com mobilização de recursos	25	(796)	(831)
Administrativas	26	(926)	(823)
Despesas com vendas de produtos	27	(796)	(658)
Depreciação e amortização		(138)	(137)
Outras receitas operacionais		<u>183</u>	<u>116</u>
		(9.003)	(8.174)
Serviço voluntário	6.k	(289)	(67)
Renúncia fiscal	19	<u>(220)</u>	<u>(264)</u>
		<u>(509)</u>	<u>(331)</u>
(Déficit) antes das receitas financeiras líquidas		<u>(79)</u>	<u>(84)</u>
Receitas financeiras		246	255
Despesas financeiras		<u>(79)</u>	<u>(58)</u>
Receitas financeiras líquidas		<u>167</u>	<u>198</u>
Superávit do exercício		<u>88</u>	<u>114</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
Superávit do exercício	<u>88</u>	<u>114</u>
Resultado abrangente total	<u><u>88</u></u>	<u><u>114</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Superávit (Déficit) acumulado	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2012	7.529	(158)	7.371
Transferência para patrimônio social	(158)	158	-
Superávit do exercício	-	114	114
Saldo em 31 de dezembro de 2012	7.371	114	7.485
Transferência para patrimônio social	114	(114)	-
Superávit do exercício	-	88	88
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>7.485</u>	<u>88</u>	<u>7.573</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2013	2012
Superávit do exercício	<u>88</u>	<u>114</u>
Ajustes		
Depreciação e amortização	138	137
Resultado na venda de ativo imobilizado	11	18
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(20)	-
Provisão para contingência	<u>(10)</u>	<u>(52)</u>
	207	217
(Aumento) redução em ativos		
Recursos vinculados a projetos	205	(272)
Contas a receber	172	(141)
Estoques	99	(145)
Outros créditos	(343)	(225)
Despesas antecipadas	(34)	(2)
Impostos a recuperar	95	-
Outros ativos	(145)	67
Aumento (redução) em passivos		
Fornecedores	29	(101)
Salários, férias e encargos	59	85
Adiantamento para projetos	(205)	273
Outras contas a pagar	(60)	31
Impostos a recolher	<u>5</u>	<u>-</u>
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	<u>84</u>	<u>(214)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	<u>(223)</u>	<u>(175)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividade de investimentos	<u>(223)</u>	<u>(175)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(139)</u>	<u>(389)</u>
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.992	3.381
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>2.853</u>	<u>2.992</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(139)</u>	<u>(389)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ação Comunitária do Brasil - São Paulo foi constituída em 1967. É uma pessoa jurídica de direito privado, entidade beneficente, sem fins econômicos, sem credo religioso e sem vinculação político-partidária, isenta de qualquer forma de discriminação em relação a raça, sexo, cor, idade, origem ou qualquer outra natureza. Seu objetivo é a promoção da inclusão social por meio de programas educacionais, sociais, culturais, de esporte e lazer e preservação ambiental, para solução de questões típicas de comunidades em situação de vulnerabilidade social, prestando para tais fins, serviços gratuitos, permanentes, sem qualquer discriminação de clientela, conforme a legislação em vigor. Dedicar-se também, à realização de estudos, pesquisas e projetos, por si ou por meio de terceiros, objetivando a formação de tecnologia para o desenvolvimento social e cultural das comunidades que atua, bem como a prestação de serviços à órgãos públicos, à instituições voltadas ao desenvolvimento comunitário e à empresas privadas. Para a consecução desse objetivo, utilizará os meios disponíveis para pesquisas e estudos, visando o desenvolvimento de planos e ações, bem como a mobilização de recursos privados e públicos, nacionais ou estrangeiros necessários ao bom desenvolvimento de suas atividades.

É reconhecida como entidade de utilidade pública Federal, Estadual e Municipal.

O artigo nº 150 da Constituição Federal garante à Entidade a imunidade de impostos sobre o patrimônio, renda e serviços prestados, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17 e 19.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil especialmente a Resolução CFC 1.409/12 que aprova a ITG 2002 - entidade sem finalidade de lucros.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho fiscal da Entidade em 14 de abril de 2014.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras está incluída nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 6 (e) – Vida útil dos ativos imobilizados
- Nota nº 9 - Provisão para créditos duvidosos
- Nota nº 15 - Provisão para contingências

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Reconhecimento de receita

A Entidade reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; e (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida de, cancelamentos, abatimentos e descontos.

As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da impossibilidade de prever os valores e os períodos de recebimentos e, conseqüentemente, registrar por competência a entrada de tais recursos.

b. Apuração do superávit

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência.

c. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias.

d. Ativos circulantes e não circulantes

Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor faturado e referem-se as vendas de cartões de natal e brindes. A provisão para créditos duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização do contas a receber.

Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

Demais ativos circulante e não circulante

Os demais ativos circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização.

Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

Adiantamento para projetos sociais

Os adiantamentos são registrados pelos valores recebidos oriundos de projetos incentivados ou doações. A medida que ocorrem os gastos nos respectivos projetos se reconhece a despesa e receita desses projetos.

e. Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessária.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) *Custos subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Entidade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas abaixo:

Edifícios	37-59 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f. Intangíveis

O ativo intangível de vida útil definida é composto basicamente por programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

g. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros

A Entidade avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Caso, em um período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido, a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida no resultado.

(ii) Ativos não-financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados, no mínimo, anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indicativo de perda ao valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo é testado.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

h. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida quando, como resultado de um evento passado, a Entidade tenha

uma obrigação presente e legal que pode ser estimada de modo confiável, com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado.

As provisões são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável e considerando a avaliação da administração, em conjunto com a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais.

i. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Gratuidade

Tendo em vista que a Entidade é uma Entidade filantrópica de direito privado, com fins não econômicos, beneficente de assistência social e reconhecida de utilidade pública, parte substancial de suas despesas é considerada como gratuidade concedida, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18.

k. Trabalho voluntário

As receitas com trabalhos voluntário são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntário são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2013 a Entidade registrou o montante de R\$ 289 (R\$ 67 em 2012).

l. Instrumentos financeiros

A Entidade classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Entidade classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

Ativos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Entidade reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Entidade em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos conforme abaixo:

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício e abrangem as aplicações financeiras da Entidade.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Entidade possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2013 e 2012, incluindo operações de *hedge*.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Caixa	11	7
Bancos conta movimento	368	22
Aplicações financeiras (i)	2.474	2.963
	2.853	2.992

- (i) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e os valores estão sujeitos às mudanças nas taxas de juros para os rendimentos pós-fixados.

As aplicações financeiras são compostas por fundos de investimento e por Certificados de Depósitos Bancários com rendimentos prefixados e pós-fixados, remunerados à taxa média de 0,65% a.m em 2013 (0,45% em 2012) , para as taxas prefixadas, e em torno de 0,91% em 2013 (1% em 2012) do CDI, para as pós-fixadas. Os recursos estão aplicados em instituições financeiras de primeira linha como forma de diminuir os riscos.

8 Recursos vinculados a projetos

	2013	2012
Bancos	1.339	1.469
Aplicações	318	341
Projetos a receber	176	228
	1.833	2.038

Recursos vinculados a projetos que representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão de projetos de lei incentivados.

As aplicações possuem a mesma natureza e características das descritas na nota 7.

9 Contas a receber

	2013	2012
Venda de produtos no país	1.188	1.360
Provisão para créditos duvidosos	(46)	(66)
Total	1.142	1.294

Movimentação da provisão para créditos duvidosos

	2012	2013	
	Saldo inicial	Reversão	Saldo final
Provisão para créditos duvidosos	(66)	20	(46)

10 Outros créditos

	2013	2012
Nota fiscal paulista a receber (i)	1.166	824
Adiantamentos efetuados a projetos (ii)	385	326
Projetos especiais a receber (iii)	184	105
SEMDET a receber	-	150
Outras	169	156
	1.904	1.561

- (i) Provisão para recebimento dos créditos gerados através do programa nota fiscal paulista. Valor recebido integralmente em abril de 2014.
- (ii) Refere-se a adiantamentos efetuados aos projetos por parte da Ação Comunitária devido a atraso no repasse das verbas da prefeitura. Os valores foram recebidos em janeiro e fevereiro de 2014.
- (iii) Valores referentes a projetos desenvolvidos em parceria com investidores a receber.

11 Impostos a recuperar

Por recomendação de nossos assessores legais, em julho de 1992 a Entidade impetrou mandado de segurança perante a 9ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital contra o Delegado Regional Tributário da Grande São Paulo, objetivando o reconhecimento judicial da inexigibilidade de qualquer recolhimento a título de ICMS sobre a venda de agendas e cartões de Natal, argumentando ser reconhecida como entidade imune de utilidade pública federal, estadual e municipal.

Nesse processo, vitorioso em instância final, a decisão judicial proferida em 9 de novembro de 1998 determinou à Fazenda do Estado a restituição do imposto que fora indevidamente recolhido nos exercícios de 1990 e 1991, no total de R\$ 570, montante que foi objeto de precatório.

O montante de R\$ 160 (R\$ 255 em 2012) apresentado no saldo de impostos a recuperar em dezembro de 2013 contempla a 10ª parcela que aguarda liberação de pagamento.

12 Imobilizado

Movimentação custo - 2013

	2013			
	2012	Adições	Baixas	2013
Terrenos	136	-	-	136
Edifícios	2.367	-	-	2.367
Móveis e utensílios	161	-	-	161
Maquinas e equipamentos	152	43	(2)	193
Veículos	183	-	-	183
Computadores	283	109	(6)	386
Instalações	255	1	-	256
Reformas em andamento	31	24	-	55
	3.568	177	(8)	3.737

Movimentação depreciação - 2013

	2013			
	2012	Adições	Baixas	2013
Edifícios	(1.321)	(25)	-	(1.346)
Móveis e utensílios	(80)	(14)	-	(94)
Maquinas e equipamentos	(65)	(15)	1	(79)
Veículos	(136)	(14)	-	(150)
Computadores	(182)	(38)	5	(215)
Instalações	(142)	(18)	-	(161)
	<u>(1.926)</u>	<u>(124)</u>	<u>6</u>	<u>(2.045)</u>
Valor contábil	<u>1.642</u>	<u>53</u>	<u>(2)</u>	<u>1.692</u>

Movimentação custo - 2012

	2012			
	2011	Adições	Baixas	2012
Terrenos	136	-	-	136
Edifícios	2.367	-	-	2.367
Móveis e utensílios	159	2	-	161
Maquinas e equipamentos	147	5	-	152
Veículos	183	40	(40)	183
Computadores	237	46	-	283
Instalações	204	82	-	286
	<u>3.433</u>	<u>175</u>	<u>(40)</u>	<u>3.568</u>

Movimentação depreciação - 2012

	2012			
	2011	Adições	Baixas	2012
Edifícios	(1.296)	(25)	-	(1.321)
Móveis e utensílios	(65)	(15)	-	(80)
Maquinas e equipamentos	(51)	(14)	-	(65)
Veículos	(127)	(18)	9	(136)
Computadores	(146)	(36)	-	(182)
Instalações	(126)	(16)	-	(142)
	<u>(1.811)</u>	<u>(126)</u>	<u>10</u>	<u>(1.926)</u>
Valor contábil	<u>1.622</u>	<u>49</u>	<u>(30)</u>	<u>1.642</u>

As vidas úteis utilizadas pela Entidade estão demonstradas na nota explicativa 6(e).

13 Férias e encargos sociais

	2013	2012
Férias e encargos sociais	328	297
Imposto de renda a recolher	48	42
FGTS a recolher	31	-
INSS a recolher	23	20
PIS a recolher	5	5
Rescisão a pagar	-	12
	435	376
	435	376

14 Adiantamento para projetos sociais

	2013	2012
Lei Rouanet 2014 (i)	1.259	-
Pronac S.R.M	169	-
Família Participação Cidadã	110	-
Academia de Jovens Líderes	106	-
Lei Rouanet 2012 (iii)	75	200
FUMCAD – Geração	61	502
FUMCAD - Cultura & Lazer	40	71
Lei Rouanet 2013 (ii)	13	1.239
FUMCAD – Pingo	-	26
	1.833	2.038
	1.833	2.038

- (i) Refere-se ao projeto Som Ritmo & Movimento 9ª edição - verba recebida em 2013 para utilização em 2014.
- (ii) Refere-se ao projeto Som Ritmo & Movimento 8ª edição - verba recebida em 2012 para utilização em 2013 e 2014.
- (iii) Refere-se ao projeto Som Ritmo & Movimento 7ª edição - verba recebida em 2011 para utilização em 2012, 2013 e 2014.

15 Provisão para contingências

A Entidade não é parte (pólo passivo) em ações judiciais, envolvendo questões trabalhistas.

A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, tiveram seus processos encerrados e suas provisões baixadas.

16 Patrimônio líquido

Os superávits da Entidade são empregados integralmente nos seus objetivos sociais comentados na Nota Explicativa 1. O patrimônio social acumula valores recebidos de ajustes contábeis e parcelas de superávits/déficits de exercícios anteriores. O superávit do exercício será transferido para a conta patrimônio social após aprovação da Assembléia Geral dos Associados, em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a Resolução 1.409/12.

Na eventual possibilidade de encerramento das atividades da Entidade, nos termos e condições previstos em seu Estatuto Social, artigo 43, seu patrimônio social será revertido em benefício de entidade de Assistência Social congênere registrada no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e, que, preferencialmente, tenha sede e atividade preponderante no Estado de São Paulo.

17 Aspectos tributários e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

A Ação Comunitária do Brasil - São Paulo é uma Entidade de assistência social, sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública em âmbito federal, estadual e municipal, bem como é detentora, nas mesmas esferas, do Certificado de Entidade Beneficente e de Assistência Social, com prazo de validade até 31 de dezembro de 2014. O pedido de renovação foi protocolado tempestivamente com o número 71000.062484/2012-71 em 26/06/2012. Em decorrência, a Ação Comunitária está isenta ou imune de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o eventual superávit apurado, da contribuição previdenciária (quota patronal) ao INSS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN. Atualmente, a Entidade vem recolhendo o Programa de Integração Social - PIS calculado à alíquota de 1% sobre o montante da folha de salários.

A imunidade usufruída da quota patronal no exercício de 2013 monta R\$ 930 (R\$ 817 em 2012).

Em 26 de junho de 2012, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome emitiu certidão atestando que a Entidade protocolou pedido de renovação do Certificado Beneficente e de Assistência Social, o qual está em análise.

18 Ações de Filantropia - Programas Sociais - Gratuidade

A Entidade tem no centro de sua missão a inclusão e proteção social por meio de programas socioassistenciais, educacionais, culturais, de esporte e lazer, de preservação ambiental, de capacitação profissional e de desenvolvimento comunitário, para a defesa e garantia de direitos, procurando solucionar questões típicas de comunidades em situação de vulnerabilidade social.

O trabalho viabiliza-se no estabelecimento de parcerias estratégicas com organizações sociais em estreita vinculação com famílias e comunidade, na execução de seus programas.

As ações sociais desenvolvidas são:

- **Programa Crê-Ser** - Tem como princípio básico a complementaridade de propósitos e ações entre família, escola e comunidade.

Seu objetivo é comprometer-se com a educação integral de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, contribuindo para o exercício da cidadania, tornando-os protagonistas de sua história e da vida em comunidade. Os campos do conhecimento desenvolvidos por este programa são: artes, participação na vida pública, cultura, comunicação e raciocínio lógico.

- **Programa Preparação para o Trabalho** - Tem como objetivo o desenvolvimento do jovem como pessoa, profissional e cidadão. Propõe ações educativas que possibilitam o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes, para que os jovens reconheçam suas potencialidades e construam seu projeto de vida e atuem de forma protagônica na sociedade. Estruturado em três eixos pedagógicos (Autogestão, Trabalho e Cultural), o Programa dispõe de projetos e estratégias para trabalhar os conteúdos necessários à inserção do jovem no mundo do trabalho. Paralelamente ocorre **Projeto inserção de jovens ao mercado de trabalho** - que tem como objetivo conseguir, através de parcerias com empresas, o maior número possível de vagas para inserir no mercado de trabalho, os jovens formados no Programa Preparação para o

Trabalho. Estes jovens podem ser contratados pelas empresas como: Estagiário, Menor aprendiz, Temporário ou efetivo.

- **Programa Primeira Letras** - Tem como objetivo geral contribuir para o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos, considerando seus aspectos físicos, afetivos, cognitivos e sua individualidade, de forma articulada com a família e com a comunidade, através de situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas, enriquecendo o universo informacional, social, cultural e lúdico das crianças.
- **Centro de Orientação para o Trabalho** - A Ação Comunitária oferece dois cursos profissionalizantes totalmente gratuitos: Curso para Garçon e Garçonete e o Curso de Vendas.

Projetos complementares

- **Projeto Cultura e Lazer** - O Projeto tem como objetivo implantar e fomentar arte, cultura e lazer, em 22 organizações sociais de alta vulnerabilidade da zona sul de São Paulo, mais especificamente nas regiões do Campo Limpo, Capela do Socorro, M'Boi Mirim e Cidade Ademar. A partir das atividades artísticas, pretendemos levar cultura e lazer para jovens, adolescentes e seus familiares, e com isso proporcionar um importante incremento na educação formal e cultural das pessoas contempladas, e principalmente estimular a convivência entre o jovem, a família e a comunidade. Projeto finalizado em maio de 2013.
- **Projeto Geração** - Garantirá a qualificação dos programas socioeducacionais de 21 organizações comunitárias da zona sul de São Paulo, que atendem adolescentes de 11 a 18 anos, favorecendo uma nova geração de ONGs. O projeto fomenta o protagonismo juvenil, promovendo atividades socioeducativas e gincanas sociais que estimulem a atuação autônoma, consciente e saudável do adolescente na comunidade; Apoio pedagógico especializado aos educadores, gestores e líderes comunitários que atuam com esse público; Sistematização e disseminação de metodologias para trabalho com adolescentes e jovens. Projeto finalizado em junho de 2013.
- **Projeto Academia de Jovens Líderes** - Com a intenção de formar novos líderes capazes de propor ações de mudança em suas vidas, nas comunidades que vivem e na sociedade em geral é que gostaríamos de trabalhar com o público das crianças e adolescentes brasileiras, em especial as da cidade de São Paulo, residentes de regiões de vulnerabilidade social, mas com imenso potencial para transformar esse quadro. Projeto encerrará em julho 2014.
- **Projeto Família Participação Cidadã** - Proporcionar vivências e formações a familiares e profissionais que atuem com este público, de forma a integrá-los e qualificar a relação de 4000 crianças, adolescentes e suas famílias de 26 organizações sociais da região sul de São Paulo, em contexto de vulnerabilidade social. Projeto encerrará em julho 2014.
- **Projeto diversidade** - pensa na inclusão social como principal foco o desenvolvimento de jovens de baixa renda para ingressarem no mercado de trabalho. O projeto oferece aos seus integrantes cursinho pré-vestibular, faculdade, curso de idioma, bolsa-auxílio, estágio em ONGs, transporte, alimentação, livros didáticos e orientação por meio do Aquarela, Círculo de Leituras, Tutoria. A duração do programa varia de acordo com o tempo de duração da faculdade do jovem, geralmente de quatro a cinco anos.

- **Projeto Empresa Cidadã** - É um projeto que permite um investimento social direto por empresas, patrocinando turmas dos programas socioeducacionais: Primeiras Letras, Crê-Ser e Preparação para o Trabalho, investindo socialmente na melhoria da qualidade educacional de 6.300 crianças, adolescentes e jovens.
- **Projeto Som Ritmo & Movimento** - em parceria com Organizações Sociais, enriquece as atividades desenvolvidas nas Organizações Parceiras nos programas socioassistenciais, ampliando o universo sociocultural de crianças, adolescentes e jovens. Promove atividades sistemáticas nas modalidades de dança, teatro, musicalização, capoeira, artes visuais e plásticas e práticas desportivas. É inteiramente financiado com recursos incentivados pela Lei Rouanet (Ministério da Cultura) e consta, em sua 8ª edição.

Números de atendimentos em 2013 e 2012:

	2013	2012
Programa Crê-Ser	3.096	2.928
Programa Preparação Para o Trabalho	660	989
Programa Primeiras Letras	813	851
Projetos Complementares		
Geração	2.226	3.917
Acadêmia de Jovens Líderes	4.012	-
Família Participação Cidadã	7.005	-
Som Ritmo e Movimento	4.569	4.768

Composição das Despesas com Programas e Atividades 2013 e 2012:

	2013	2012
Despesas por programas sociais:		
Programa Crê-Ser	1.529	1.579
Programa Preparação Para o Trabalho	1.261	1.485
Programa Primeiras Letras	854	798
Centro de Orientação para o Trabalho	1330	810
Núcleo Cultura e Lazer (Projeto Som, Ritmo e Movimento)	894	770
Projetos Complementares	662	399
	6.530	5.841

Os registros nessas rubricas correspondem às despesas de atendimentos gratuitos com os nossos programas, projetos e outras atividades assistenciais, e têm por objetivo demonstrar os recursos destinados diretamente às ações beneficentes e dão base para evidenciar os atendimentos concedidos.

Os valores relativos ao atendimento gratuito são apurados pelos gastos efetivos, com base em notas fiscais, folhas de pagamento e contratos de serviços e produtos.

A administração da Entidade entende que os recursos alocados as atividades estão adequados e atendem as exigências da Lei 12.101/09 e com as alterações da Lei 12.868/13. A análise e aprovação do cumprimento dos requisitos legais, estão vinculadas às futuras prestações de contas junto ao Conselho Municipal de Assistência Social.

19 Renúncia Fiscal

Em atendimento a ITG 2002 – entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC n.º 1.409/12, a Fundação apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada no exercício de 2013 caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que tratam-se de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Fundação não ter a obrigação de possuir escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

	2013	2012
ISS	114	131
COFINS	68	79
IRPJ e CSSL	39	54
	220	264
	220	264

20 Partes relacionadas

A Entidade não possui partes relacionadas e seus dirigentes não são remunerados.

21 Contribuições e doações

	2013	2012
Programa nota fiscal paulista	2.340	1.687
Empresa Cidadã-Manutenção	1.610	1.646
Contribuições Regulares	405	372
Desenvolvimento de Lideranças	80	666
Eventos e Parcerias	203	155
Doações e editais	397	135
	5.035	4.661
	5.035	4.661

22 Venda de produtos

	2013	2012
Receita bruta venda de produtos	2.681	2.308
<i>Deduções da receita</i>		
Devoluções de vendas	(53)	(38)
	2.628	2.270
Receita operacional líquida de venda de produtos	2.628	2.270

23 Recursos com projetos incentivados

	2013	2012
Recursos recebidos pela lei Rouanet (i)	1.348	1.184
Recursos recebidos pelo FUMCAD (ii)	1.757	1.390
	3.105	2.574
	3.105	2.574

- (i) A Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991), conhecida também por Lei Rouanet, é a lei que institui políticas públicas para a cultura nacional, como o PRONAC - Programa Nacional de Apoio à

Cultura. As diretrizes para a cultura nacional foram estabelecidas nos primeiros artigos, e sua base é a promoção, proteção e valorização das expressões culturais nacionais.

O grande destaque da Lei Rouanet é a política de incentivos fiscais que possibilita as empresas (pessoas jurídicas) e cidadãos (pessoa física) aplicarem uma parte do Imposto de Renda devido em ações culturais.

O projeto que recebe esses recursos atualmente é o Som Ritmo e Movimento, mencionado na nota explicativa 18.

- (ii) O FUMCAD (Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) foi criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei Federal 8.069/90), e através da conscientização da utilização da renúncia fiscal do Imposto de Renda, busca beneficiar entidades com projetos que apoiem o desenvolvimento de crianças e adolescentes (através de doações via lei número 8.069/90 do FUMCAD). Os recursos são administrados pelos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, compostos por representantes do governo e da sociedade.

Os projetos que recebem esses recursos estão mencionados na nota explicativa 18 (Projetos complementares).

24 Custos dos produtos vendidos

	2013	2012
Despesas com Pessoal	229	401
Personalização de produto	240	93
Matéria- Prima	34	42
Custo para gravação de imagem	13	10
Custo de aquisição de produtos para revenda	1.328	869
	<u>1.844</u>	<u>1.415</u>

25 Despesas com mobilização de recursos

As despesas com mobilização de recursos não constituem custo direto com a atividade fim da organização, pois contemplam as despesas operacionais do departamento responsável pelas atividades voltadas a obtenção de recursos.

	2013	2012
Despesa com pessoal	564	490
Despesas operacionais (i)	178	305
Despesas com marketing	53	36
	<u>796</u>	<u>831</u>

- (i) Incluem as despesas com relacionamento como o relatório institucional, telefonia, eventos e empresa contratada para digitação e arrecadação dos cupons de nota fiscal para o programa de nota fiscal paulista.

26 Despesas administrativas

	2013	2012
Despesa com pessoal	617	601
Transporte e refeição	2	13
Serviços profissionais	76	48
Despesas com locomoção	9	11
Material de consumo	63	53
Alimentação de funcionários	33	25
Ocupação	41	50
Outras despesas administrativas	85	22
	<u>926</u>	<u>823</u>

27 Despesas com vendas de produtos (cartões de Natal e brindes)

As despesas com vendas de cartões de Natal e brindes contemplam as despesas com televendas, catálogos, distribuição entre outras e não constituem custo direto com a atividade fim da organização.

	2013	2012
Despesas com pessoal	403	107
Despesas com catálogo e distribuição	305	408
Despesas com comunicação e telefonia	49	73
Representantes	13	48
Outras despesas	25	22
	<u>796</u>	<u>658</u>

28 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Entidade não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Exceto pelas aplicações financeiras, que são classificadas como valor justo pelo resultado, os demais instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2013 e 2012, sendo eles, contas a receber, outros créditos, outras contas a receber e fornecedores estão classificados como empréstimos e recebíveis.

b. Valor justo

Não existe diferenças entre os valores de mercado e os valores registrados na contabilidade para os ativos e passivos financeiros.

Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à variação cambial.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços).
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade estão classificados como Nível 2.

c. Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2013	2012
Caixas e equivalentes de caixa	7	2.853	2.992
Recursos vinculados a projetos	8	1.833	2.038
Contas a receber	9	1.142	1.294
Outros créditos	10	1.904	1.561
		<u>7.732</u>	<u>7.885</u>

d. Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Entidade é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

e. Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Entidade incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que estamos sujeitos.

A Entidade mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Entidade.

f. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Entidade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

29 Cobertura de seguros

As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2013, a Entidade possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Importâncias Seguradas (em Reais)
Incêndio de bens	2.500.000
Responsabilidade civil operações	200.000

* * *

Celso Luiz Teani de Freitas
Superintendente
CPF: 021.634.798-03

Celia Regina Arruda
Contadora
CRC 1SP173663-09